



**PROJETO GESTÃO FLORESTAL PARA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL NA  
AMAZÔNIA**

SERVIÇO DE MODERAÇÃO E RELATORIA PARA AS REUNIÕES DA  
CONSULTA PÚBLICA PARA A CONCESSÃO FLORESTAL DA FLORESTA  
NACIONAL DO AMANA

**FUNDO SUPLEMENTAR (C) Nº 10/2021/SFB**

**PRODUTO Nº 01**

Ata da Reunião do Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Amana realizada no  
dia 19 de maio de 2021.

**EMPRESA:** Árvore - Consultoria Socioambiental Ltda.

Maio/ 2021

<b>SERVIÇO DE MODERAÇÃO E RELATORIA PARA AS REUNIÕES DA CONSULTA PÚBLICA PARA A CONCESSÃO FLORESTAL DA FLORESTA NACIONAL DO AMANA</b>	
<b>Contrato Número</b>	Fundo Suplementar (C) Nº 10/2021/SFB
<b>Produto Número</b>	1
<b>Título do Produto</b>	Ata da reunião do conselho consultivo da FLONA do Amana
<b>Contratante</b>	NIRAS - IP Consult/ DETZEL
<b>Elaborado por</b>	Árvore - Consultoria Socioambiental Ltda.
<b>Equipe Técnica</b>	Lêdä Luz e Sandra Regina da Costa

**ATA DA REUNIÃO DO  
CONSELHO CONSULTIVO DA FLORESTAS NACIONAIS DO AMANA E  
CREPORI**

1 Às nove horas do horário de Brasília, aos dezenove dias do mês de maio do ano  
2 de dois mil e vinte um, após chamada, de forma remota, transmitido a partir do  
3 Auditório do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em uma  
4 plataforma *online*, a moderadora Lédä Luz (IPConsult – Projeto Gestão Florestal  
5 para a Produção Sustentável na Amazônia) fez a abertura oficial da reunião do  
6 Conselho Consultivo das Florestas Nacionais do Amana e do Crepori. Em  
7 seguida, passou a palavra ao Coordenador da Unidade Especial Avançada –  
8 UNA de Itaituba do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade –  
9 ICMBio, o analista ambiental Bruno Matos, para fazer as boas-vindas aos  
10 conselheiros e todos os participantes presentes na sala disponibilizada no  
11 município de Itaituba, e aos que participaram de forma virtual da reunião desse  
12 conselho. E este, aproveitou a oportunidade para se apresentar, informando que  
13 assumiu a coordenação da UNA em junho de 2020, e que essa unidade é  
14 responsável pela gestão de 12 Unidades de Conservação, que abrangem as  
15 Florestas Nacionais do Amana e do Crepori. Bruno ressaltou que tem atuado na  
16 região desde 2007 e participou da criação dos Conselhos Consultivos e na  
17 elaboração do Planos de Manejo das duas Unidades de Conservação. Também  
18 contribuiu na elaboração do perfil e no cadastramento das famílias residentes da  
19 Floresta Nacional do Crepori. Ressaltou que a pauta tem como objetivo principal  
20 a apresentação da proposta do edital para concessão florestal da FLONA do  
21 Amana. E que o manejo florestal é uma ferramenta fundamental para alcançar  
22 os objetivos da categoria da unidade de conservação e para estimular  
23 diretamente o desenvolvimento local. E os municípios de Itaituba e  
24 Jacareacanga possuem áreas com vocação florestal e as concessões irão  
25 possibilitar a consolidação das atividades de manejo florestal sustentável na  
26 região e possibilitar às comunidades e aos municípios abrangidos pelas áreas  
27 de concessão, a oportunidade de desenvolver e produzir madeira com origem  
28 legal e de forma sustentável. Informou que será feita a chamada dos  
29 conselheiros e apresentou a proposta para que, mesmo não havendo quórum  
30 mínimo de 50%, a reunião tenha início. Argumentou que, devido a peculiaridade  
31 do momento atual, de pandemia do Covid-19, esse formato novo, é a maneira  
32 para que possam dar andamento a agenda para o processo de concessão da  
33 FLONA do Amana. A moderadora, Lédä Luz iniciou a chamada dos conselheiros:  
34 Aidil Evangelista da S. Ribeiro Lima, titular representante da Agência Nacional  
35 de Mineração – ANM. Dário Schweickert, titular e suplente Alcides José Grandó,  
36 representantes da Associação dos Produtores Progresso do Oeste -  
37 APROESTE. Lindalva Fernandes, titular representante da Associação  
38 Comunitária de Penedo e Alto Tapajós – ACOPERATA. José Dalla Rosa, titular  
39 e suplente Meire de Castro representantes da Associação de Moradores do  
40 Creporizão – AMOC. Israel Santos, titular representante da Associação dos  
41 Mineradores de Ouro do Tapajós – AMOT. Francisco Sousa Nascimento, titular  
42 e Deglâncir Alves do Nascimento, suplente, representantes da Associação dos

43 Moradores e Produtores da Vicinal do Cristo Redentor. Alôncio Alves dos Santos,  
44 titular e suplente Natalício Paz, representantes da Associação União do Igarapé  
45 Preto – ASSUPRE. Allan Monteiro da Silva, titular e André A. Fontoura,  
46 representantes da Brasadoc Timber Comércio de Madeiras Ltda. Naldo Martins  
47 Lopes, titular e Rosa Nogueira, suplente, representantes da Colônia dos  
48 Pescadores Z-86. Almir Lima da Silva, titular e Maria Anicete. Sampaio Lima,  
49 suplente, representante da Comunidade do rio das Tropas. Elivaldo Barbosa  
50 Pereira, titular e suplente, Luciane Alves de O. Pereira, representantes da  
51 Cooperativa Mista de Desenvolvimento do Creporizão – COMIDEC. José de  
52 Alencar Rodrigues, titular e José Silva dos Anjos, suplente, representantes da  
53 Cooperativa dos Garimpeiros do Garimpo São José - COOPERGARIMPEIROS.  
54 Antônio Mendes Cardoso, suplente representante da Cooperativa Extrativista e  
55 Agroindustrial da Amazônia Ltda. - COOPEXAMAZONIA. Andrey Fernandes  
56 Gomes, titular e Elton Mendes da Silva, suplente, representantes da Fundação  
57 Nacional do Índio – FUNAI. Raimundo L. Figueira, titular representante do  
58 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPA CAMPUS de  
59 Itaituba. Hairton Sacarias Manhuary, titular e Maria Vanessa Manhuary,  
60 suplente, representantes dos Usuários indígenas da Flona do Crepori.  
61 Idelbergue Ferreira Araújo, titular, José A. Lira, suplente, representantes do  
62 SEBRAE Itaituba. Mike Kirixi Munduruku, titular, Secretaria Municipal de  
63 Agricultura de Jacareacanga. Fabrícia Pamplona, titular e Marial Lira Neves,  
64 suplente, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo - SEMMAT de  
65 Jacareacanga. Marcos V. da Silva Ferreira, titular e Tarcísio Oliveira, suplente,  
66 representantes do Serviço Florestal Brasileiro - Unidade Santarém. Heitor Flávio  
67 Grazziotin, representante do Serviço Geológico do Brasil – CPRM. Hilton F.  
68 Soares, titular representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras  
69 Rurais de Jacareacanga. Luamim Sales Tapajós, suplente representante da  
70 Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA. Otavio Pereira da S. Neto,  
71 convidado da Associação de Mineradores de Ouro do Tapajós – AMOT. Bruno  
72 Rafael Miranda Matos, presidente do Conselho e Coordenador da Unidade  
73 Especial Avançada – UNA de Itaituba, Livia Haubert Ferreira Coelho  
74 Coordenadora Substituta da UNA de Itaituba e Gleison M. Freitas, analista  
75 ambiental, representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da  
76 Biodiversidade – ICMBio. Em seguida, agradeceu a presença daqueles que  
77 estão na sala presencial disponibilizada em Itaituba. Em seguida, as regras de  
78 convivência e orientações quanto ao uso dos mecanismos para participação  
79 foram explicadas, como o recurso da plataforma online, levantar as mãos, que  
80 deve ser acionado, para pedir a palavra, e que após essa manifestação, o  
81 microfone será aberto. Alertou para que os participantes façam sua identificação  
82 com nome e instituição; e deixem o microfone sempre desligado, só ligando  
83 quando forem falar. Os objetivos da reunião foram proporcionar o nivelamento  
84 de conhecimento quanto o contexto atual da FLONA Amana e apresentação da  
85 proposta do edital, para que todos os conselheiros possam contribuir e tirar  
86 dúvidas. Todos foram convidados a participar das sessões de audiência pública,  
87 que serão realizadas na quarta-feira, dia vinte, e quinta-feira, dia vinte um de  
88 maio de dois mil e vinte um. Em seguida, Gleison Freitas, analista ambiental,  
89 representante do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade –

90 ICMBio na Unidade Especial Avançada - Itaituba/PA fez a apresentação do  
91 contexto da Floresta Nacional do Amana, que foi criada pelo Decreto sem  
92 número, do dia treze de fevereiro do ano de dois mil e seis (13/02/2006), no  
93 sudoeste do Pará. No ano de dois mil e dezesseis, foi publicado um decreto de  
94 ampliação da área total, incorporando à área da Flona uma parte situada dentro  
95 dos limites do município de Maués, estado do Amazonas. Desta forma,  
96 atualmente, a FLONA está situada entre os estados do Pará e Amazonas e  
97 circundada por outras unidades de conservação. Seus limites circunvizinham  
98 áreas de projetos de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e  
99 Reforma Agrária – INCRA e duas comunidades na margem oposta do rio  
100 Tapajós. A maior porção territorial está inserida no município de Itaituba, estado  
101 do Pará. Em 2010, foi criado o conselho consultivo e publicado os planos de  
102 manejo das Flonas do Amana e do Crepori. Além disso, foi feito o lançamento  
103 do primeiro edital de concessão da Flona do Amana, mas não teve  
104 prosseguimento. Desde 2012, os Conselhos Consultivos das Florestas  
105 Nacionais do Amana e do Crepori estão trabalhando em conjunto, com  
106 conselheiros em comuns. No ano de 2013, um segundo edital de concessão foi  
107 lançado para concessão florestal da Flona do Amana, mas o processo não  
108 avançou. Neste mesmo ano, todas as Florestas Nacionais geridas pela UNA  
109 Itaituba passaram a ser apoiadas pelo Projeto Gestão Florestal para Produção  
110 Sustentável na Amazônia, que tem apoiado a realização das reuniões dos  
111 conselhos e os processos de demarcação para a gestão das unidades. Entre  
112 2015 e 2016, foi realizado o primeiro processo de demarcação e sinalização das  
113 Flonas do Amana e do Crepori. Em 2017, foi criada a Unidade Especial  
114 Avançada, estrutura dentro do ICMBio para gerir de forma integrada 12 unidades  
115 de conservação situadas na região. A partir de 2018, foi renovado de forma oficial  
116 o conselho consultivo destas unidades e este foi reformulado em um único  
117 conselho para as FLONAS Amana e Crepori. Em 2019, ocorreu a última reunião  
118 ordinária do conselho, cuja pauta principal foi o acordo de gestão da Flona do  
119 Crepori com a formação unificada dos conselhos. Durante essa reunião, foi  
120 apresentada demanda sobre a previsão de novo edital para a concessão florestal  
121 da Flona do Amana. Em 2020 e 2021, em função da pandemia do Covid-19, as  
122 ações foram adaptadas, com reuniões virtuais e outros mecanismos. Em 2020,  
123 foram realizadas ações de fiscalização e atendimento de demandas  
124 espontâneas para o licenciamento de atividades dentro da unidade. Em 2021,  
125 houve discussão sobre demarcação de região da Flona Amana ainda não  
126 demarcada. Desejou que ao final da presente reunião, tenham  
127 encaminhamentos, e o Conselho Consultivo funcionando para as duas unidades  
128 de conservação. Destacou que, no ano de 2017, foi criada a Unidade Especial  
129 Avançada (UNA), responsável por gerir e manter as 12 unidades de conservação  
130 da região, monitorar e avaliar as ações de modo integrado. E destacou não  
131 existem mais servidores específicos por unidade de conservação, de modo que  
132 todos os analistas lotados na UNA atendem as 12 unidades de conservação da  
133 região. A estrutura de gestão da UNA conta com um coordenador, Bruno Matos  
134 e com quatro equipes técnicas definidas: ordenamento territorial, gestão  
135 socioambiental, proteção e administrativo, cada uma responsável por diferentes  
136 macroprocessos. Em seguida, a moderadora convidou o Diretor de Concessão

137 Florestal e Monitoramento, Paulo Carneiro, para apresentação da proposta de  
138 edital para concessão florestal da Floresta Nacional do Amana – Lote III. Em sua  
139 fala inicial, Paulo Carneiro, agradeceu a equipe do Instituto Chico Mendes de  
140 Conservação da Biodiversidade de Itaituba e Jacareacanga, a equipe de  
141 transmissão da empresa RSom e a equipe da Unidade Regional do Serviço  
142 Florestal Brasileiro de Santarém, que se deslocou até o município de Itaituba,  
143 para fazer a recepção dos conselheiros presentes e prestação de suporte técnico  
144 à reunião. Ressaltou que dificuldades técnicas podem existir para que todos os  
145 presentes na sala disponibilizada, possam fazer perguntas, mas que estão  
146 buscando meios para solucionar estes problemas. Passou a explicar que o  
147 Serviço Florestal Brasileiro é um órgão vinculado ao Ministério da Agricultura,  
148 Pecuária e Abastecimento, que tem como missão promover o uso econômico e  
149 sustentável das florestas brasileiras, com vistas a integrar o desenvolvimento de  
150 base florestal na agenda econômica e estratégica do país. Em seguida solicitou  
151 aos participantes que assistam ao vídeo que será exibido sobre o que é manejo  
152 florestal sustentável. Após o vídeo, Paulo Carneiro explicou o que é a concessão  
153 florestal, a ferramenta legal que permite que um concessionário faça manejo de  
154 forma legal, em áreas de florestas públicas, dentre as quais estão as florestas  
155 nacionais que tem como um dos seus objetivos incentivar o uso sustentável dos  
156 recursos e permitir a exploração destes de forma organizada e legalizada. Citou  
157 algumas oportunidades que a concessão florestal cria, como a geração de renda  
158 para as famílias locais e a criação de emprego formal, contribui com a  
159 arrecadação de impostos nos municípios, oferece segurança jurídica aos  
160 concessionários, permite manejar as florestas de forma sustentável e assegura  
161 a conservação da biodiversidade. Ressaltou que o processo de concessão  
162 florestal não inclui a titularidade imobiliária, que a área concessionada continua  
163 sendo pública. Do mesmo modo, a concessão não inclui o direito sobre os  
164 serviços ambientais, e não é permitido que atividades de caça ou pesca sejam  
165 realizadas pelo concessionário. O contrato de concessão inclui a exploração de  
166 forma sustentável, a partir de um plano de manejo florestal aprovado, para  
167 produção de madeira, material lenhoso residual da exploração florestal, que  
168 pode gerar energia para os municípios circunvizinhos. Um bom exemplo prático  
169 é a empresa Patauá Florestal, que tem ofertado resíduos lenhosos para geração  
170 de energia na região em que é concessionária. A condição básica para participar  
171 do processo de concorrência é ser empresa criada e com sede estabelecida em  
172 território nacional. O Diretor informou que deve haver uma consulta pública e a  
173 autorização do ICMBio para aprovação do Plano Anual de Outorga Florestal –  
174 PAOF, que elenca as Florestas Nacionais que serão concessionadas. Estudos  
175 técnicos são realizados e englobam diversas informações para subsidiar a  
176 elaboração do edital e após sua apresentação é feita a abertura do processo de  
177 audiência pública. A participação social e a transparência do processo de  
178 concessão florestal envolvem uma série de ações, uma delas são as audiências  
179 públicas e a disponibilização dos documentos para consulta do público em geral.  
180 Em seguida explicou como é feita a distribuição de recursos arrecadados pelo  
181 pagamento da produção florestal e os requisitos para que o município e o estado  
182 acessem estes recursos. Os conselhos municipal e estadual de meio ambiente,  
183 devidamente formados com a participação social, são as instâncias que definem

184 o plano de aplicação dos recursos arrecadados e direcionam a utilização destes.  
185 Apresentou os dados sobre a arrecadação ano a ano, onde houve um acréscimo  
186 de cerca de 6,6% no transporte de madeira entre os anos de 2019 e 2020. Os  
187 recursos são distribuídos de forma definida por lei, para o Instituto Chico Mendes  
188 de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e o Serviço Florestal Brasileiro.  
189 Relatou que houve um crescimento da experiência na gestão dos contratos de  
190 concessão. A Floresta Nacional do Amana, tem uma proposta de edital para as  
191 áreas da unidade que possuem os Planos de Manejo Florestais Sustentável  
192 aprovados e para as áreas destinadas à exploração florestal. O edital é um  
193 conjunto de documentos, composto pelo edital, propriamente dito, e um conjunto  
194 de anexos. Este edital está acessível na página eletrônica (site) do Serviço  
195 Florestal Brasileiro e será entregue cópia impressa para a Câmara Municipal dos  
196 Vereadores de Itaituba e de Jacareacanga. A proposta apresentada está  
197 constituída por três Unidades de Manejo Florestal, sendo a Unidade de Manejo  
198 Florestal I com 83.889,07 hectares, a Unidade de Manejo Florestal II com  
199 106.432,29 hectares e Unidade de Manejo Florestal III com 38.465,95 hectares.  
200 A localização das Unidades de Manejo Florestal leva em consideração vários  
201 aspectos, e um dos principais é o escoamento dos produtos florestais. A Unidade  
202 de Manejo Florestal I está 100% inserida no município de Jacareacanga, a  
203 Unidade de Manejo Florestal II está com 23,5% em Jacareacanga e 76,43% em  
204 Itaituba, e a Unidade de Manejo Florestal III 100% no município de Itaituba.  
205 Explicou que todos os estudos foram feitos para determinar a localização e o  
206 tamanho da área de efetivo manejo, onde o concessionário terá permissão para  
207 realizar a exploração florestal. Os estudos fundamentaram as áreas que poderão  
208 ser exploradas nos moldes da concessão florestal, e foram analisados vários  
209 aspectos, como os produtos florestais não madeireiros que poderão ser  
210 coletados pelas comunidades tradicionais, tais como a pupunha, o óleo de  
211 copaíba, entre outros. Este modelo de concessão, determina que o  
212 concessionário é obrigado a permitir a coleta dos produtos florestais não  
213 madeireiros pelas comunidades tradicionais autorizadas pelo ICMBio. O preço  
214 mínimo estimado da madeira – PME é uma variável prevista no edital, e é  
215 calculado a partir da estimativa do potencial produtivo e dos custos de produção,  
216 de logística e financeiros. Todos estes custos estão disponíveis para consulta  
217 pública e foram fixadas com os seguintes valores: para Unidade de Manejo  
218 Florestal I de R\$50,00, para a Unidade de Manejo Florestal II de R\$20,00 e para  
219 a Unidade de Manejo Florestal III de R\$30,00. O preço para o material lenhoso  
220 residual por medição por peso foi fixado em R\$ 6,00 por tonelada; e o volume  
221 sólido em R\$ 4,20 por metro cúbico e o do volume empilhado em R\$ 3,00 por  
222 metro estéreo. O preço para os produtos florestais não madeireiros, que serão  
223 explorados pelo concessionário corresponde a dez por cento (10%) da pauta da  
224 Secretaria da Fazenda do Estado do Pará, ou aquele valor que a substituir. O  
225 processo de concessão é feito em três etapas, o primeiro é a habilitação, feita a  
226 partir da verificação dos documentos apresentados. Somente as propostas  
227 habilitadas passarão para a fase da análise da proposta técnica e de preço. Para  
228 vencer o certame é preciso alcançar os melhores índices para estas duas  
229 propostas, técnica e preço. Os indicadores são usados para pontuar a proposta  
230 técnica e são os meios para avaliar as propostas, a partir de critérios

231 estabelecidos. Ressaltou, que dentre todos os indicadores, os de bonificação,  
232 são os mais importantes, pois é assegurado um desconto sobre ágio do preço  
233 da madeira em tora, em relação ao preço do contrato, concedido em função do  
234 desempenho do concessionário, conforme proposta técnica. Foram descritos  
235 oito indicadores de bonificação e todos estão descritos no anexo XII da proposta  
236 do edital. Todos os indicadores incluídos na proposta técnica, tornam-se  
237 exigências contratuais. Em seguida os custos do edital foram descritos, que são  
238 repassados aos vencedores da licitação (proporcionais à área da Unidade de  
239 Manejo Florestal); e o pagamento feito em quatro parcelas trimestrais iguais. As  
240 empresas de pequeno porte, microempresas e associações de comunidades  
241 locais são dispensadas do pagamento dos custos do edital, nos termos da Lei  
242 Nº. 11.284/2006. A garantia contratual assegura que o concessionário cumpra  
243 as obrigações contratuais assumidas e garante a reposição de eventuais  
244 prejuízos causados pelo concessionário. Como resumo da proposta de edital da  
245 FLONA do Amana, Lote III, é estimado que a produção anual deste contrato seja  
246 aproximadamente de 119.493,18 m<sup>3</sup>/tora/ano, com valor total estimado de  
247 R\$3.909.502,70 e a geração de 350 empregos diretos e 700 indiretos, com  
248 investimentos dos concessionários de 68 milhões e custeio anual dos  
249 concessionários de 22 milhões. O monitoramento da produção e as cláusulas  
250 contratuais seguem um mecanismo rígido e constante pelo Serviço Florestal  
251 Brasileiro, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio  
252 e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –  
253 IBAMA, com um sistema de cadeia de custódia sofisticado e com sanções  
254 estabelecidas, assegurando que o manejo florestal será implementado dentro de  
255 todos os requisitos técnicos e obrigatórios, previstos em lei federal e permitindo  
256 que as concessões sejam instrumentos para a conservação das florestas.  
257 Convidou os conselheiros a assistirem um vídeo explicativo sobre as  
258 ferramentas de monitoramento utilizados para as concessões florestais. A  
259 expectativa do SFB é apresentação do edital até setembro de 2021, com a  
260 entrega das propostas até novembro de 2021 e assinatura dos contratos até o  
261 primeiro trimestre de 2022. As consultas à proposta poderão ser feitas no *link*  
262 Proposta de Edital de Concessão, acessando  
263 [https://www.florestal.gov.br/proximas-concessoes/148-concessoes-  
264 florestais/proximas-concessoes/flona-do-amana-lote-iii/2018-consulta-publica-  
265 de-proposta-de-edital-de-licitacao-para-concessao-florestal-na-flona-do-amana-  
266 lote-iii](https://www.florestal.gov.br/proximas-concessoes/148-concessoes-florestais/proximas-concessoes/flona-do-amana-lote-iii/2018-consulta-publica-de-proposta-de-edital-de-licitacao-para-concessao-florestal-na-flona-do-amana-lote-iii). As contribuições, devem ser enviadas para o endereço eletrônico  
267 [amana.lote3@florestal.gov.br](mailto:amana.lote3@florestal.gov.br). Em seguida, foi aberto para perguntas e dúvidas  
268 da plenária. A primeira pergunta foi feita pelo Arlei Fontoura, da FRM Brasil,  
269 sobre a compensação do carbono e a bonificação de vinte e cinco por cento  
270 (25%) para os projetos de recuperação de áreas degradadas. Quanto aos  
271 preços, tem como ter acesso a planilha dos custos que geraram estes preços  
272 apresentados? Paulo Carneiro responde que a legislação federal, atual, veda  
273 que o concessionário faça a exploração do mercado de carbono. Também não  
274 existe no edital a exigência que o concessionário explore um volume mínimo de  
275 resíduos sólidos, essa exigência já fez parte, mas com o avanço dos processos  
276 de concessão, isso foi retirado, e não existe limite mínimo de exploração de  
277 resíduos. Quanto a recuperação de áreas degradadas, o concessionário deverá

278 apresentar um planejamento e poderá contemplar outras áreas degradadas, que  
279 não estejam dentro das unidades de manejo. Destacou que este é um indicador  
280 novo e poderão ser apresentadas sugestões para ajustes e aperfeiçoamento. A  
281 meta é que seja ampliado de um milhão para quatro milhões de hectares as  
282 áreas concedidas, e para isso, estão sendo realizados estudos dos preços para  
283 atender essa demanda. Entretanto, estes não estão disponíveis para consulta,  
284 mas será verificado a possibilidade de disponibilizar estudos dos preços  
285 anteriores. Cristina Alves, Coordenadora de Concessões Florestais do Serviço  
286 Florestal Brasileiro, complementou a resposta, informando que em relação ao  
287 uso dos resíduos lenhosos, do indicador B3, consta uma parametrização e que  
288 está descrito no anexo. Anderson (conselheiro da Flona de Altamira) e morador  
289 da RESEX Riozinho do Anfrísio, pergunta sobre os produtos florestais não  
290 madeireiros, como os moradores podem obter autorização para coletar estes  
291 produtos. E se este edital pode ser enviado para os e-mails dos conselheiros  
292 para que possam apresentar nas comunidades. Paulo respondeu que é possível  
293 enviar o *link* e talvez os anexos, mas que são extensos, para o endereço de e-  
294 *mail*. E que os produtos florestais não madeireiros destinados ao uso das  
295 comunidades tradicionais estão elencados no Anexo VI. As comunidades que já  
296 trabalham coletando estes produtos nas áreas da Flona do Amana terão  
297 assegurados o direito de continuar coletando nas áreas sob concessão. Mas que  
298 é pertinente discutir aspectos como, por exemplo, como o concessionário  
299 poderia apoiar o deslocamento até as áreas de coletas. Anderson perguntou  
300 ainda como os moradores da Reserva Extrativista (RESEX) do Riozinho do  
301 Anfrísio poderão se beneficiar com a coleta dos produtos não madeireiros. Paulo  
302 Carneiro respondeu que irão detalhar estas informações e enviar por e-mail, e  
303 sugeriu que seja feita a comunicação direta com a equipe do Instituto Chico  
304 Mendes local, que poderão dirimir as dúvidas da associação dos moradores. Em  
305 seguida, Luciane Pereira representante da Cooperativa Mista de  
306 Desenvolvimento do Creporizão – COMIDEC, perguntou quanto as garantias  
307 para assegurar a participação das cooperativas na licitação. Como um consórcio  
308 de cooperativa e pequenas empresas privadas, poderão participar da licitação?  
309 Paulo Carneiro respondeu que a lei estabelece preferência às pequenas  
310 empresas e cooperativas. No entanto, explicou, que para esta modalidade, de  
311 consórcios, a lei prevê que a cooperativa deverá se tornar sócia dentro deste e  
312 perderá a condição de líder do processo. Cristina Alves complementou  
313 informações sobre as garantias, que são duas, primeiro da proposta e depois do  
314 contrato. A garantia da proposta tem valor fixado de um real por hectare, e que  
315 estão previstas diferentes formas de garantia, sendo a mais utilizada a  
316 modalidade de seguro. Na minuta do contrato, que está disponível para  
317 consulta, estão descritas as formas e modalidades de todas as garantias. Em  
318 relação ao consórcio da cooperativa, no primeiro momento a cooperativa poderá  
319 participar do certame só por ela, ou participar de um consórcio, após a  
320 aprovação, ela terá que compor uma sociedade específica e definir os valores  
321 de participação de cada entidade que compõe tal sociedade específica. Paulo  
322 Carneiro informou que atualmente duas áreas estão sob concessão de  
323 cooperativa e consórcio, a Cooperativa Mista da Flona do Tapajós –  
324 COOMFLONA, concessionária na Floresta Nacional do Tapajós e na Floresta

325 Nacional de Altamira, a empresa Patauá Florestal, com um modelo de consórcio  
326 com a participação da cooperativa e de pequenas serrarias. Raimundo Delival  
327 Batista de Souza, representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão  
328 Rural – EMATER, perguntou sobre os benefícios sociais para os moradores da  
329 região. Paulo Carneiro respondeu que os mecanismos preveem que o  
330 concessionário poderá apoiar as atividades beneficiárias através da  
331 apresentação de projetos ao Conselho Municipal de Meio Ambiente e obter apoio  
332 para que os recursos arrecadados sejam destinados para ações locais.  
333 Entretanto, não está previsto que o concessionário faça esse apoio diretamente.  
334 Cristina Alves complementou a resposta informando que existem duas formas  
335 de arrecadação de recursos financeiros. A primeira é a distribuição dos valores  
336 arrecadados, cujo percentual arrecadado compete a prefeitura do município, e a  
337 utilização destes recursos está condicionada a apresentação de projetos no  
338 âmbito do conselho municipal de meio ambiente e tem que estar voltado ao apoio  
339 a projetos que estão envolvidos com o uso sustentável dos recursos, como  
340 silvicultura de espécies nativas, recuperação de áreas degradadas, ou seja, o foco  
341 dos projetos deverá ser o uso sustentável dos recursos naturais. O outro  
342 mecanismo advém dos recursos para cumprir o indicador social, onde o  
343 concessionário deverá realizar investimentos, com um percentual estipulado, em  
344 infraestrutura para melhoria das condições sociais das comunidades locais,  
345 como por exemplo, a estrutura para uso coletivo e melhorias das estradas de  
346 acesso às comunidades. Toda a destinação destes recursos financeiros deve  
347 ser aprovada pelo conselho municipal de meio ambiente. Bruno Matos, analista  
348 ambiental e coordenador da Unidade Especial Avançada do Instituto Chico  
349 Mendes, complementou a resposta, e destacou que a questão referente as  
350 cooperativas participarem do processo de licitação, como foi no caso das Flonas  
351 do Tapajós e de Altamira, é importante que tanto as comunidades como as  
352 cooperativas se organizem para apresentar propostas bem estruturadas, e que  
353 é viável, como é o caso da Flona de Altamira, que estejam em consórcio. Paulo  
354 Carneiro ressaltou que o perfil do concessionário mudou, e atualmente, os  
355 contratos de concessão com empresas locais e consórcios com pequenas  
356 empresas tem sido mais recorrente. Porém, ressaltou que é importante se  
357 informar, conhecer o edital, pois existem mecanismos que beneficiam a  
358 apresentação de propostas por pequenas empresas ou consórcios de pequenas  
359 serrarias e cooperativas. Arlei Fontoura (FRM Brasil) comentou que observou  
360 que a área antropizada coincide com onde está sendo implementada as  
361 unidades de manejo florestal, no caso das três áreas de manejo que serão  
362 licitadas. Paulo Carneiro respondeu que toda a metodologia de inventário  
363 florestal evoluiu e foi aperfeiçoada. Atualmente o inventário florestal é feito  
364 somente nas áreas destinadas ao manejo florestal, definidas previamente pelo  
365 Instituto Chico Mendes – ICMBio. O volume a ser explorado é autorizado e é  
366 ajustado conforme o ciclo de corte estabelecido por unidade de produção. O  
367 volume médio tem sido de dezesseis metros cúbicos por hectare por ano  
368 ( $16\text{m}^3/\text{ha}/\text{ano}$ ), apesar de ser permitido um volume de até vinte e cinco metros  
369 cúbicos por hectare por ano ( $25\text{m}^3/\text{ha}/\text{ano}$ ). Explicou que essa questão tem  
370 relação direta com o mercado, onde o concessionário, avalia as espécies que  
371 serão exploradas anualmente de acordo com o mercado comprador. É preciso

372 analisar o impacto do mercado com a escolha das espécies que estão previstas  
373 para exploração anual. O concessionário tem estabelecido a definição das  
374 espécies comerciais de maior valor de mercado. Dessa forma, o mercado  
375 comprador acaba por ditar a escolha das espécies. Foram repassadas as  
376 informações sobre os canais de comunicação para consultar a proposta do edital  
377 e que as equipes do Instituto Chico Mendes e do Serviço Florestal estão na sala  
378 presencial do município de Itaituba, atendendo, com os devidos cuidados para  
379 respeitar o distanciamento social. A moderadora, Lédä Luz, passou a fala ao  
380 analista ambiental, Gleison Freitas, que apresentou alguns informes, como a  
381 parceria do Instituto Chico Mendes – ICMBio com o Ministério da Cidadania.  
382 Considerando todos os prejuízos que a pandemia do Covid-19 tem trazido para  
383 as comunidades residentes nas unidades de conservação da região, cestas  
384 básicas serão repassadas as famílias cadastradas pelo Instituto Chico Mendes  
385 – ICMBio, residentes na Floresta Nacional do Crepori. Para a Floresta Nacional  
386 do Crepori serão distribuídas quatro cestas básicas para cada família  
387 beneficiária dentro do perímetro da unidade. O Instituto Chico Mendes – ICMBio  
388 irá fazer as entregas das cestas na região do rio das Tropas e rio Crepori.  
389 Aproveitou para solicitar suporte para a Emater, para a Funai e para a Secretaria  
390 de Municipal de Meio Ambiente e Turismo – SEMMAT, na pessoa da Secretária  
391 Fabrícia Pamplona, para apoiar a distribuição das cestas. Serão utilizadas as  
392 listas das famílias cadastradas em 2011 e 2014 pelo Instituto Chico Mendes –  
393 ICMBio. Anderson, morador da Reserva Extrativista do riozinho do Anfrísio,  
394 perguntou ao Gleison Freitas, se as cestas serão distribuídas apenas para as  
395 famílias das unidades de conservação de Itaituba e Jacareacanga. Gleison  
396 Freitas informou que irá verificar se a Reserva Extrativista está inclusa no  
397 benefício, pois tem uma lista das unidades que foram contempladas com as  
398 cestas básicas. Elton Mendes, representante da Fundação Nacional do Índio –  
399 FUNAI disse que está à disposição do Instituto Chico Mendes – ICMBio para  
400 auxiliar na distribuição das cestas. Lédä Luz perguntou se ainda havia mais  
401 alguma pergunta, e encaminhou para o encerramento, perguntando se algum  
402 participante gostaria de fazer uma breve avaliação da reunião do Conselho.  
403 Heitor Grazziotin, representante do Serviço Geológico do Brasil – CPRM, falou  
404 que a Unidade Regional de Manaus está à disposição para realizar expedições  
405 científicas de forma conjunta com o Instituto Chico Mendes – ICMBio e o Serviço  
406 Florestal Brasileiro. Que desde o ano de 2015, o Serviço Geológico do Brasil,  
407 tem feito trabalhos na bacia hidrográfica da região, e que estes estudos poderão  
408 ser disponibilizados para as instituições. Marcus Pinheiro, consultor do Instituto  
409 Chico Mendes – ICMBio, informou a todos, que a internet local não é estável, e  
410 por isso, a conexão de muitos conselheiros ficou prejudicada, e que muitos não  
411 conseguiram manter a conexão, entraram na plataforma, mais não conseguiram  
412 se manter devido, as oscilações do sinal da rede. Parabenizou a todos pelo  
413 excelente trabalho neste formato virtual, e pelo processo híbrido, com salas  
414 presencias e transmissão pela plataforma virtual, assegurando a ampla  
415 participação. Raimundo Figueira, professor do Instituto Federal de Educação,  
416 Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, campus de Itaituba, comentou que estão  
417 implementando atividades de formação na região, como os cursos de  
418 engenharia ambiental, contribuindo para a geração de mão de obra qualificada.

419 Parabenizou a toda equipe do Instituto Chico Mendes – ICMBio e do Serviço  
420 Florestal Brasileiro, diante da situação difícil que encontramos devido a  
421 pandemia do Covid-19. Destacou que promover o processo participativo neste  
422 formato é importante para continuidade dos processos de concessão florestal na  
423 região. Bruno Matos avaliou que o resultado da reunião foi satisfatório, e que os  
424 objetivos de levar o conhecimento do edital aos conselheiros foi atingido e que  
425 estes possam levar as suas comunidades as informações devidas. Pediu que  
426 todos divulguem as audiências públicas, para que possam ajustar e atender a  
427 realidade local neste edital de concessão. A reunião do conselho foi então  
428 encerrada às doze horas e dez minutos. Nada mais havendo a ser tratado, eu,  
429 **Sandra Regina da Costa**, relatora contratada pela IPConsult – Projeto Gestão  
430 Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia lavrei a presente Ata.

Lista de participantes da reunião extraordinária do conselho consultivo da Floresta Nacional do Amana realizada no dia 19 de maio de 2021.

	<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>
<b>1</b>	Adailton Paigõ Munduruku	Associação Indígena Pusuru
<b>2</b>	Allan Monteiro	Brasadoc Timber Comércio de Madeiras Ltda.
<b>3</b>	Almir lima	Comunidade do Rio das Tropas
<b>4</b>	Anderson Silva De Castro	Associação de Moradores da RESEX Riozinho do Anfrísio
<b>5</b>	André Fontoura	Brasadoc Timber Comércio de Madeiras Ltda
<b>6</b>	Andrey Fernandes Prestes	FUNAI Itaituba
<b>7</b>	Arlei Fontoura	Florestal Recursos de Manejo Brasil Consultoria e Assessoria Ltda.
<b>8</b>	Bruno Rafael M. Matos	ICMBio – UNA Itaituba
<b>9</b>	Raimundo Delival B. de Souza	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) – Jacareacanga
<b>10</b>	Elivaldo Barbosa Pereira	Cooperativa Mista de Desenvolvimento do Creporizão (COMIDEC)
<b>11</b>	Elton Mendes	FUNAI – Jacareacanga
<b>12</b>	Emílio Carlos Piccardo	Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós (AMOT)
<b>13</b>	Fábio Silveira	IPConsult – Projeto Gestão Florestal Sustentável
<b>14</b>	Fabília Pamplona	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) – Jacareacanga
<b>15</b>	Francisco S. Nascimento	Associação de Moradores e Produtores da Vicinal do Cristo Redentor
<b>16</b>	Gabriel Gonçalves	Serviço Florestal Brasileiro (SFB)
<b>17</b>	Gianni Montagna	Serviço Florestal Brasileiro (SFB)
<b>18</b>	Gleison Magalhães Freitas	ICMBio – UNA Itaituba
<b>19</b>	Heitor F. Grazziotin	Serviço Geológico do Brasil (CPRM)
<b>20</b>	Lindalva Serrão Fernandes	Associação Comunitária do Penedo e Tapajós (ACOPERATA)
<b>21</b>	Lívia Coelho	ICMBio – UNA Itaituba
<b>22</b>	Luamim Sales Tapajós	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
<b>23</b>	Luciane Oliveira	Cooperativa Mista do Creporizão (COMIDEC)
<b>24</b>	Marcelo Melo	Unidade Regional de Santarém do SFB
<b>25</b>	Marcos Pinheiro	Consultor do ICMBio
<b>26</b>	Marcus Ferreira	Unidade Regional de Santarém do SFB
<b>27</b>	Maria Anicete S. Lima	Comunidade do rio das Tropas
<b>28</b>	Maria Lira Neves	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) Jacareacanga
<b>29</b>	Mariana Vilar	IPConsult – Projeto Gestão Florestal Sustentável
<b>30</b>	Meire Jane Silva de Castro	Associação dos Moradores do Creporizão (AMOC)
<b>31</b>	Mike Krixí Munduruku	Secretaria Municipal de Agricultura e Mineração – Jacareacanga
<b>32</b>	José Lira	SEBRAE – Itaituba
<b>33</b>	Paulo Carneiro	Serviço Florestal Brasileiro
<b>34</b>	Raimundo L. C. Figueira	IFPA Campus Itaituba
<b>35</b>	Tarcisio S. de Oliveira	Unidade Regional de Santarém do SFB
<b>36</b>	Tomas Inhetvin	IPConsult – Projeto Gestão Florestal Sustentável